

O PASSADO QUE INSISTE EM SE FAZER PRESENTE: ECOS DO AUTORITARISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

DANIELE DE PAULA¹⁸³

Resumo: Esta resenha aborda a obra recém-publicada do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, *Passados Presentes*; trata-se de um livro extremamente importante para o contexto atual, uma vez que ele estabelece um diálogo profundo com o nosso passado autoritário e com os novos desafios enfrentados pelo país, a fim de combater os discursos falaciosos sobre o regime de 1964, ainda presentes em nossa sociedade.

Palavras-chave: Ditadura; Regime militar; Passados Presentes;

A Ditadura de 1964 tem ocupado lugar central no debate público brasileiro dos últimos anos. Ainda que a memória hegemônica seja crítica ao período, cada vez mais surgem vozes que buscam legitimar o regime de 1964, com destaque para o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Diante de tal contexto tornou-se imprescindível a participação de historiadores no debate público a fim de enfrentar as narrativas falaciosas sobre a ditadura, e é, precisamente isso, o que Rodrigo Patto Sá Motta faz em *Passados Presentes*.

Motta, um experiente historiador, enfrenta em *Passados Presentes* as principais polêmicas que ganharam relevância nos últimos anos e busca desconstruir os discursos pró-ditadura que, apoiados em uma memória nostálgica de 1964, aspiram legitimar projetos autoritários no presente. Segundo o próprio autor um dos objetivos de sua obra é:

“difundir o conhecimento produzido em bases acadêmicas, contribuindo para evitar que os falsificadores e negacionistas conquistem o público com sua leitura autoritária da história. Não que eles defendam pura e simplesmente uma ditadura ao estilo dos anos 1960, mas sem dúvida almejam algum tipo de autoritarismo que seria igualmente danoso para a democracia e os direitos humanos” (MOTTA, 2021, p. 17).

Assim sendo, o livro repassa os mais de vinte anos de regime militar ao longo de seus onze capítulos, combinando sínteses do conhecimento já consolidado com conteúdos originais, fruto de pesquisas recentes. A linguagem de *Passados Presentes*, por sua vez, é didática e extremamente agradável, tornando-o acessível a um público amplo. Em suma, trata-se de um livro de história comprometido com a democracia, com a divulgação do conhecimento científico e em constante diálogo com os problemas do presente.

A respeito do conteúdo, o primeiro capítulo – *O golpe de 1964 e o “perigo vermelho”* – oferece ao leitor um panorama do contexto pré-golpe e explora a questão da suposta ameaça comunista, utilizada até

¹⁸³ Graduada em História pela Universidade de São Paulo (2022) e cursando mestrado em História social na mesma instituição. À época do envio do artigo, a autora ainda não tinha ingressado no mestrado. E-mail: danieledepaula@usp.br

os dias de hoje para justificar a ação das Forças Armadas. Segundo tal versão, em 1964 havia uma ameaça comunista e, portanto, o golpe teria sido uma forma de salvar o país do “perigo vermelho”.

Sendo assim, no primeiro capítulo a principal preocupação do autor é desconstruir tal justificativa, evidenciando que os comunistas não tinham força para tomar o poder em 1964 e que, além disso, eles apostavam naquele momento em reformas sociais e não em uma insurreição. Buscando trazer a discussão para o presente, Motta também mostra que o argumento anticomunista tem servido para alimentar o sentimento de aversão às esquerdas no cenário público atual, sendo, inclusive, propagado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O segundo capítulo – *Sobre as razões e as motivações dos golpistas* – se inicia com uma discussão acerca da terminologia adequada para se referir ao evento fundador da ditadura. Segundo Motta, os defensores de 1964 não gostam do termo “golpe” devido à conotação negativa associada à palavra, por isso, preferem falar em “revolução” ou ainda em “contrarrevolução”. Assim sendo, o autor apresenta uma discussão teórica sobre o porquê do termo “golpe” ser o mais adequado. Contudo, o principal objetivo do capítulo é discutir a motivação das lideranças que apoiaram o golpe e, para isso, é apresentada uma síntese das justificativas utilizadas na época pelos apoiadores e, em um segundo momento, algumas interpretações acadêmicas sobre as origens de 1964.

As interpretações acadêmicas abordadas no capítulo – tese econômica, tese do colapso do populismo, tese do desejo de instaurar um regime autoritário e a tese do movimento antirreformista – são apresentadas de forma crítica. Em relação à última, por exemplo, Motta apresenta o seu ponto fraco ao evidenciar que alguns setores que apoiaram o golpe eram favoráveis as reformas sociais e que, inclusive, as viam como uma forma de conter o avanço do comunismo. Após apresentar as diferentes interpretações, o autor se posiciona no debate e defende que o golpe de 1964 foi essencialmente uma forma de combater o ativismo de esquerda, ainda que no plano discursivo a sua principal bandeira tenha sido o combate ao comunismo, por esta ter o poder de aglutinar diferentes grupos. Dialogando com o presente Motta ainda destaca que, “*isso explica também porque o anticomunismo voltou a ser usado com força recentemente, ou seja, por sua capacidade de unificar diferentes segmentos da direita*” (MOTTA, 2021, p.70).

No terceiro capítulo – *O papel dos Estados Unidos e de outras forças estrangeiras no golpe e na ditadura* – o leitor é apresentado ao debate sobre o papel das forças estrangeiras no golpe. Motta analisa as relações diplomáticas do Brasil com os Estados Unidos e com a União Soviética no período pré-golpe e também durante a ditadura. Como fica claro, a relação com a URSS sempre foi fraca, apesar da pequena aproximação durante o governo de João Goulart. Em relação aos EUA, o autor destaca o papel dos norte-americanos na desestabilização do governo Goulart e também o apoio dado ao golpe. Contudo, Motta se afasta da tese de que o golpe representou uma subordinação dos brasileiros frente aos interesses norte-americanos e defende que, na verdade, houve uma convergência entre os interesses dos EUA e dos grupos de direita do Brasil.

No quarto capítulo – *A máquina política da ditadura* – o autor enfrenta os discursos que negam o autoritarismo do regime de 1964. Tal negacionismo está relacionado ao caráter pejorativo associado ao termo “ditadura” e “ditador”, portanto, de acordo com Motta, “*algumas lideranças de direita preferem acreditar que as ditaduras são sempre de esquerda (China, Coreia do Norte, Venezuela, etc.), de modo que é constrangedor assumir a existência de ditaduras de direita*” (MOTTA, 2021, p. 97). Contudo, a fim de evidenciar que o regime de 1964 foi uma ditadura, o autor explora o seu processo de construção e, conclui

apontando que as concessões ao liberalismo político foram mantidas apenas enquanto servissem ou não atrapalhassem o funcionamento do regime.

No quinto capítulo – *Uma análise do apoio social à ditadura* – a questão do apoio, muitas vezes utilizada para legitimar a ditadura, é abordada. Como destaca Motta, o apoio social de fato existiu, mas ele veio de alguns setores da sociedade e, de forma alguma, altera a natureza golpista e ditatorial do regime. Posto isto, ao longo do capítulo são analisadas de forma crítica algumas fontes disponíveis sobre o apoio social à ditadura, tais como: mobilizações públicas, pesquisas de opinião e resultados eleitorais. Da análise o autor conclui que o regime autoritário não encontrou sustentação da maior parte da população e ainda destaca que, se de fato o apoio fosse tão grande, seria desnecessária a quantidade de medidas autoritárias e o controle sistemático das eleições.

O sexto capítulo – *Aderir, Resistir ou acomodar-se* – pode ser visto como um aprofundamento da discussão iniciada no capítulo anterior. No capítulo são analisadas as diferentes atitudes frente ao regime a partir de três categorias: adesão, resistência e acomodação. Desse modo, o autor aponta que a adesão foi motivada principalmente pela identidade de valores compartilhados com o regime, ainda que tenham existido casos de adesão por vantagens políticas e cargos públicos. Na categoria da resistência foram incluídos os grupos que rejeitavam por completo a ditadura e os seus valores, sendo assim, o autor diferencia a “resistência” da “oposição”, uma vez que esta pode existir sem representar uma rejeição completa aos valores da ditadura (como foi o caso do MDB). Por fim, na categoria da acomodação, o autor incluiu os grupos que ficaram indiferentes ao regime.

O sétimo capítulo – *Sobre a violência repressiva estatal: uma resposta proporcional à violência da esquerda?* – aborda a questão do uso da violência pela ditadura. Segundo os apoiadores do regime, tal violência teria sido motivada pelos guerrilheiros de esquerda, entretanto, como mostra Motta, a maior parte do aparelho repressivo foi montada antes de 1968, momento em que as ações armadas de esquerda de fato ganharam vulto.

Portanto, no sétimo capítulo é desmontada a tese de que a ditadura surgiu e se agravou devido à necessidade de derrotar os revolucionários. Pelo contrário, de acordo com a perspectiva do livro, a violência da ditadura acabou por incentivar a adesão à luta armada. A questão da desproporcionalidade de forças também é abordada, “*É clara a assimetria de forças e de recursos entre os lados em disputa; afinal, tratava-se do aparelho do Estado contra um grupo pequeno de guerrilheiros precariamente armados*” (MOTTA, 2021, p.192).

No oitavo capítulo – *A “luta” contra a corrupção: muitos discursos, poucas realizações* – Motta evidencia que o tema do combate à corrupção ganhou centralidade no discurso dos líderes do golpe após estes ascenderem ao poder. Vale destacar que tal temática foi amplamente utilizada pela direita ao longo de nossa história e que, no contexto da ditadura, foi uma forma de angariar apoio popular. No entanto, como é abordado no livro, o combate à corrupção durante a ditadura foi seletivo, restringindo-se a membros da oposição, enquanto nomes ligados ao regime eram protegidos.

Nesse sentido, vale destacar o caso do governador Ademar de Barros que, mesmo sendo considerado um político corrupto, foi poupado durante os expurgos políticos de 1964. No entanto, em 1966 Ademar foi cassado, mas o motivo não foi a corrupção de seu governo e sim, a sua aproximação com o MDB. Portanto, conclui-se que, “*o principal objetivo das campanhas anticorrupção foi conquistar popularidade para o governo, enquanto seu mais importante efeito foi remover desafetos do cenário político*” (MOTTA, 2021, p. 220).

O nono capítulo – *O milagre econômico e sua problemática herança* – debruça-se sobre o crescimento econômico durante a ditadura, muitas vezes utilizado para justificar o regime autoritário de 1964. Entretanto, ao analisar o “milagre econômico” dentro de uma perspectiva mais ampla, *Passados Presentes* nos mostra que ele foi apenas uma fase do grande crescimento experimentado pela economia brasileira desde a década de 1940, cujo carro-chefe foi a industrialização. Além disso, o capítulo também revela os efeitos negativos da política econômica da ditadura nos anos posteriores ao grande crescimento: dívida externa, hiperinflação (batendo a casa dos 220% em 1983) e o descontrole das contas públicas. Por fim, como aponta Motta, “o crescimento acelerado, tão propagandeado como um feito da ditadura, poderia ter sido alcançado sem um regime ditatorial” (MOTTA, 2021, p. 243).

O décimo capítulo – *A distensão política e o projeto de estabilização da ditadura* – trata da política de distensão iniciada durante o governo Geisel (1974 – 1979). O foco do capítulo é compreender a política de distensão e os seus objetivos. Conforme defende Motta, a distensão não se iniciou por pressões econômicas, internacionais ou de oposição, mas sim por uma escolha política, pois naquele momento o governo sentia ter força suficiente para reduzir os instrumentos de repressão.

Contudo, como é exposto ao longo do capítulo, a distensão não buscava redemocratizar o país, mas sim institucionalizar o regime autoritário, resolver problemas internos das Forças Armadas e recuperar o apoio de setores liberais. Sendo assim, o nono capítulo aborda processo pendular de distensão-repressão, assim como os efeitos do fortalecimento da oposição e da crise econômica que, no final dos anos 1970, retiraram do governo o poder de controlar o processo, abrindo caminho para a desagregação real da ditadura.

Finalmente, o último capítulo – *A abertura, o “fim” da ditadura e a precária democratização* – dedica-se a analisar os aspectos da abertura política e da transição, a fim de compreender a fragilidade da experiência democrática brasileira. Motta defende nesse capítulo que a política de “esquecimento”, adotada durante a transição, dificultou a consolidação de valores democráticos na sociedade brasileira. Nesse sentido, a ameaça autoritária dos últimos anos é interpretada como consequência da conta não saldada anteriormente. Segundo o autor, “faltou aos líderes da Nova República enfrentar mais decididamente o legado da ditadura, para expor os seus crimes e mostrar à população a sua herança negativa” (MOTTA, 2021, p 302).

Apesar do diagnóstico negativo a respeito da consolidação dos valores democráticos no Brasil, Motta defende que se lamentar ou alimentar um complexo de inferioridade não resolve o problema, segundo o autor, “O melhor é refletir sobre a nossa história recente, considerar os custos das soluções autoritárias e tentar encontrar saídas políticas democráticas para o Brasil” (MOTTA, 2021, p 303).

Em suma, *Passados Presentes* é uma importante obra de história e também um testemunho do Brasil atual e da nova ameaça autoritária vivida pelo país. Em tempos de *fake news* e pós-verdade, o livro cumpre a importante missão de divulgar o conhecimento histórico legítimo e de enfrentar os discursos pró-ditadura que, incessantemente e de maneira infundada, atentam contra a nossa democracia. Portanto, trata-se de um livro fundamental para todos aqueles que desejam compreender melhor a história da Ditadura Militar e os desafios enfrentados pelo nosso país nos últimos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021